O ENSINO DE UMA SEGUNDA LÍNGUA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

DENIS RICARDO BEZZERRA

RESUMO

Este texto tem como objetivo explorar reflexões acerca da relevância da leitura e do ensino da língua inglesa como aprimoramento da prática educacional. O contexto atual da educação está em um processo de renovação que demanda o aprimoramento da prática educacional do professor, conduzindo-nos a reflexões e subsequentes reconstruções de nossos métodos de ensino. Essas transformações geram a necessidade de repensar e ampliar nossos objetivos como educadores, buscando, assim, romper com paradigmas que desvalorizam o ensino de inglês nas escolas públicas. O professor de inglês enfrenta diversos desafios em seu trabalho, incluindo superar a discriminação do ensino de um idioma estrangeiro na rede pública estadual, uma vez que muitos alunos acreditam que é impossível aprender inglês na escola pública, pois afirmam não dominar sequer sua língua materna. O corpo discente parece carregar o estigma de que o ensino de inglês nessas instituições não é tão relevante como em um curso de idiomas e, por isso, demonstram resistência ao aprendizado, valorizando em excesso os cursos particulares oferecidos fora do ambiente escolar.

Palavras-chave: Aquisição de conhecimento; Professores; Transformações.

INTRODUÇÃO

O processo de instrução em leitura e redação é um empreendimento contínuo, portanto, deve ser constante, estratégico e compartilhado por todos os educadores em todas as disciplinas. Assim, as Práticas de Leitura e Produção de Textos visam oferecer apoio aos professores que atuam na Educação Básica regular, no Ensino Médio ou na Educação de Jovens e Adultos. Esse suporte permitirá ao professor priorizar todo o processo de envolvimento do aluno, sua habilidade em realizar leitura compreensiva e interativa, bem como produzir textos em diversas áreas do ensino.

As competências de leitura de uma criança são fundamentais para seu sucesso na escola, pois permitem que ela acesse todo o currículo e aprimore suas habilidades de comunicação e linguagem. Além disso, a leitura pode ser um momento prazeroso e criativo para as crianças, abrindo portas para novos mundos de todas as formas imagináveis.

Estudos demonstram que ler por prazer faz uma grande diferença no desempenho educacional das crianças. Da mesma forma, evidências sugerem que crianças que leem por diversão todos os dias não apenas têm um desempenho melhor em testes de leitura do que aquelas que não o fazem, mas também desenvolvem um vocabulário mais amplo, adquirem conhecimento geral mais abrangente e compreendem melhor outras culturas.

Na verdade, é mais provável que o prazer de ler determine o desempenho escolar de uma criança do que sua origem social ou econômica.

Aprender a ler implica ouvir e compreender, bem como decifrar o que está impresso na página. Ao ouvirem histórias, as crianças são expostas a uma ampla variedade de palavras. Isso as ajuda a construir seu próprio vocabulário e aprimorar sua compreensão auditiva, o que é vital quando começam a ler. É importante que elas também entendam como as histórias funcionam. Mesmo que não compreendam todas as palavras, elas ouvirão novos sons, palavras e frases que podem experimentar, imitando o que ouviram.

A leitura traz muitos benefícios, mas é uma habilidade que muitos adultos não utilizam o suficiente. Além da necessidade de leitura para sobreviver no mundo atual, vamos explorar alguns outros benefícios da leitura e como eles podem contribuir positivamente para o desenvolvimento das crianças.

É nas primeiras fases que as crianças são mais facilmente influenciadas, e uma experiência de leitura positiva pode fazer maravilhas ao ajudá-las a desenvolver uma autoimagem positiva. A leitura também traz benefícios sociais. As crianças podem discutir histórias com outras pessoas e formar amizades com base em interesses comuns. A compreensão da leitura é a habilidade de entender um trecho escrito de um texto. É a conexão entre o leitor passivo e o leitor ativo, sendo um elo crucial para a leitura eficaz - essencial para uma vida acadêmica, profissional e pessoal enriquecedora. A compreensão de leitura envolve diversos processos, como imaginar o que as palavras descrevem, compreender o contexto do livro e ser capaz de responder a perguntas relacionadas ao texto.

A desvalorização do idioma inglês também se estende ao ambiente escolar, o que se torna uma preocupação, uma vez que muitos professores de outras disciplinas têm uma visão superficial da divisão de matérias, limitando-se à atribuição de notas e conceitos, e considerando a disciplina de inglês menos importante do que as disciplinas X ou Y. Isso não visa a formação integral do aluno, nem sua expansão cultural, como afirmado por Moita Lopes (2005). Aprender inglês permite ao brasileiro ter acesso à mobilidade social, que se estende do local para o global,

possibilitando interação com o mundo por meio do aprendizado de uma nova língua.

Alguns pesquisadores abordaram temas relacionados aos discutidos aqui e buscaram interpretações sobre o processo de ensino-aprendizagem de inglês na rede pública e suas implicações. Por exemplo, Silva (2010, p. 17) em sua dissertação de mestrado, por meio da análise do discurso, estudou os conflitos entre as diferentes representações do ensino de inglês oferecido pela escola pública, que, segundo ela, baseia-se na representação histórica da escola pública regular como um local onde não é possível aprender inglês.

Telles (2011), por sua vez, investigou questões relacionadas à ideologia e ao ensino-aprendizagem de inglês na escola pública, destacando uma citação de Cox e Assis-Petterson (2007, p. 10) que descreve esse cenário como:

Falta tudo. O cenário é do malogro: lugar de alunos que não aprendem, de professores que não sabem a língua que ensinam, de pais que não se preocupam com a educação dos filhos e de metodologias que não funcionam.

A pesquisadora examinou as concepções subjacentes ao discurso e à prática dos professores, abordando a ideologia como as percepções decorrentes das convicções individuais. A partir dessas ideologias, foram identificados fatores relacionados ao ensino-aprendizagem de inglês na escola pública, como a escolha ou não de se tornar professor de inglês e a baixa remuneração, entre outros.

Diante dessa situação, é importante analisar as percepções da gestão escolar, dos educadores de outras áreas e das professoras de língua inglesa em relação ao processo de ensino-aprendizagem de língua estrangeira em um contexto de escola pública. Também é essencial identificar como eles interagem nesse contexto afetado por diferentes situações que levam à desvalorização do ensino desse idioma. Conforme Barcelos (2006, p. 23), os estudos atuais sobre crenças no ensino e aprendizagem de línguas "começam a se preocupar mais com a influência do contexto e das experiências nas crenças e ações dos professores e alunos".

A IMAGEM DO DOCENTE DE INGLÊS

Nos últimos anos, a imagem do professor de educação pública tem sofrido grandes impactos, contribuindo para a desconstrução dessa figura. A desvalorização desse profissional ocorre de várias maneiras, começando pela sua formação, que geralmente é superficial. Os cursos de licenciatura, em sua maioria, ensinam sobre a língua e sua estrutura gramatical, mas não aprofundam os conhecimentos na área específica da aprendizagem de línguas estrangeiras. Portanto, cabe ao profissional buscar por conta própria uma ampliação de sua formação, como é o caso dos professores que participam do curso "Especialização em práticas reflexivas e ensino-aprendizagem de inglês na escola pública" oferecido pela PUC-SP/COGEAE e financiado pela Associação de Cultura Inglesa São Paulo.

Nóvoa (1995, p. 25) destaca que "estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os caminhos e projetos individuais, visando a construção de uma identidade, que também é uma identidade profissional".

Outro aspecto preocupante ressaltado por Paiva (1997, p. 9) é que muitos professores têm o cargo de língua portuguesa, mas complementam sua carga horária com aulas de inglês visando um aumento financeiro, mesmo que muitas vezes não estejam preparados para lecionar essa disciplina. Isso prejudica a aprendizagem dos alunos, aumenta a descrença no professor de inglês e prejudica o próprio professor que se encontra nessa situação, pois certamente enfrentará desafios em sua prática docente por não ter domínio suficiente e dependerá de improvisações.

O professor de Inglês enfrenta diversos desafios no reconhecimento de sua profissão e na construção de sua identidade. Como apontado por Celani (2001, p. 32-33), essa atividade muitas vezes é vista como uma ocupação secundária, sem o devido prestígio e reconhecimento, tanto por parte do governo quanto da própria comunidade escolar.

O governo estadual de São Paulo implementou um programa de cursos gratuitos de línguas, oferecendo bolsas de estudo aos estudantes da rede pública. No entanto, nem todos são contemplados por esse programa, o que acaba gerando uma exclusão, já que os beneficiados geralmente são os alunos mais dedicados e capazes de se adaptarem a cursos particulares. Mas e os demais alunos? Será que eles não merecem ter acesso a esse mundo além da escola?

Quando questionados sobre esse assunto, uma participante mencionou que essa é uma oportunidade real para o aluno aprender inglês, enquanto outra entende que essa é uma resposta do governo ao fracasso do ensino regular dessa língua nas salas de aula. A partir dessas respostas, podemos perceber um indício de que a aprendizagem no ensino regular é vista como ineficaz, e as razões apontadas, como a falta de recursos, explicam as dificuldades de ensinar em sala de aula, mas não justificam a ausência de uma atuação profissional responsável.

Portanto, o ensino de inglês na escola pública é percebido pelos professores e pela administração escolar com expectativas baixas.

A importância de aprender um segundo idioma desde uma idade precoce tem sido destacada nos estudos atuais. Alunos bilíngues demonstram benefícios cognitivos, mas o equilíbrio entre as línguas ainda é delicado durante o processo de alfabetização. A educação bilíngue tem sido objeto de estudos adicionais no campo da educação, não apenas em relação às habilidades que ajuda a desenvolver, mas também em relação aos contextos em que a linguagem atua, especialmente no ambiente escolar formal.

É notável que a valorização do bilinguismo tem ganhado crescente relevância na área educacional, devido à realidade da globalização que enfrentamos e à necessidade de aprendermos outros idiomas, como o inglês e o espanhol, que têm uma presença mais significativa no Brasil.

Observa-se que o estágio inicial da aquisição do conhecimento da leitura e da escrita está intrinsecamente relacionado à aprendizagem de um segundo idioma, uma vez que, ao ser alfabetizado, o indivíduo adquire habilidades que o capacitam a aprender uma língua adicional à sua língua materna.

Ao ouvir a fala dos adultos, a criança inicia um processo natural de assimilação das linguagens, que serve como base para o desenvolvimento de suas próprias regras.

O bilinguismo é uma exceção e o falar bilíngue é frequentemente associado à noção de perfeição, ou seja, o bilíngue seria uma espécie rara que fala, lê, escreve e compreende duas ou mais línguas de maneira igualmente fluente, sem sotaque e sem quaisquer outros traços que permitam distingui-lo do monolíngue, quando fala uma de suas línguas. No entanto a realidade não é bem assim: estima-se que o bilinguismo está presente em quase todas as nações do mundo, em todas as classes sociais e em todas as faixas etárias e a sua aquisição ocorre em diferentes fases da vida; por isso, dificilmente o indivíduo é igualmente fluente em todas as línguas e em todos os níveis" (GROSJEAN 1982,1994, apud MELLO,1999, p.18)

Conforme citado pela OEBi/SP (Organização das Escolas Bilíngues de São Paulo), "a primeira infância é o momento mais propício para absorver um segundo idioma. O bilinguismo contribui de maneira favorável para o progresso cognitivo da criança".

Por meio do princípio da Gramática Universal, o ser humano identifica os estímulos que ativam o sistema linguístico da sua língua nativa.

Conforme mencionado por Vygotsky (2005, p.5):

A natureza do significado como tal não é clara. No entanto, é no significado da palavra que o pensamento e a fala se unem em pensamento verbal. É no significado, então, que podemos encontrar as respostas às nossas questões sobre a relação entre o pensamento e a fala.

Assim sendo, é evidente que o ser humano estabelece uma conexão entre o pensamento e a linguagem, resultando no pensamento verbal. É por esse motivo que a educação bilíngue deve ser considerada desde a fase inicial da educação infantil.

A pesquisa sobre o bilinguismo tem sido explorada com o objetivo de expandir o conhecimento nesse campo, buscando superar lacunas e desafios, a fim de promover uma aprendizagem de qualidade.

Conforme afirmam especialistas renomados, quanto mais precoce for a etapa de implementação de um segundo idioma, maior será o desenvolvimento de conhecimentos relevantes.

A aquisição da leitura e escrita e o bilinguismo devem progredir em conjunto, permitindo que o indivíduo que está aprendendo a ler e escrever também possa adquirir um segundo idioma de maneira significativa.

A INTERAÇÃO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA DURANTE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A linguagem é influenciada pelo ambiente em que se vive e desempenha um papel crucial na vida do indivíduo. Conforme Schütz (2007), "as abordagens de ensino de línguas se sucedem de acordo com as tendências de cada época".

Segundo Galeffi (2003, p.37):

Há diversas perspectivas sob as quais o aprendizado de uma língua seja ela a língua nativa ou a estrangeira, tem sido observada. As investigações de cunho linguístico tendem a escudar os mecanismos genéticos para a aquisição da linguagem (denominados “Gramática Universal”). As teorias comportamentais argumentam que a associação, a repetição e a imitação são fatores que viabilizam a aquisição da língua, e, portanto, se voltam para observações que deem conta da implementação de tais fatores como forma de provar suas crenças. As teorias cognitivistas, por sua vez, ressaltam a aquisição de esquemas, regras estruturais e significados são as características que definem o aprendizado de uma língua.

(GALEFFI, 2003, p. 37).

É evidente, portanto, que os seres humanos são influenciados por diversas fontes, repetindo e imitando as linguagens que os cercam. Essas repetições e imitações podem ser observadas ao notarmos pessoas imitando falas de personagens.

Conforme Megale (2005, p.7): "O bilin-

guismo é um fenômeno complexo e deve ser estudado como tal, levando em consideração diferentes níveis de análise: individual, interpessoal, intergrupal e social".

O desenvolvimento de uma criança envolve várias etapas, de acordo com as interações que ela estabelece em seu processo de socialização. Antes de abordarmos a língua estrangeira, é importante começar com a língua materna que a criança adquire primeiro. Em relação à língua estrangeira, devemos mencionar que, a nível estadual, ela faz parte do sistema educacional, mas não possui um papel oficial no país.

Em nível individual, após a primeira língua, são criadas condições para a aquisição de outra língua em momentos posteriores - ou o que é mais comum nos dias de hoje - essa língua pode ser considerada como a segunda língua (L2) ou uma língua estrangeira (LE), dependendo do ambiente e das circunstâncias de aquisição.

Em certos casos, a segunda língua de um aluno pode também ser uma língua estrangeira. Muitos acadêmicos costumam usar os dois conceitos para se referirem à mesma realidade. No entanto, em outras ocasiões, a segunda língua e a língua estrangeira não têm nada em comum. Por exemplo, o inglês é considerado uma segunda língua para um imigrante mexicano nos Estados Unidos, enquanto para um estudante no Brasil é considerado uma língua estrangeira.

O papel do professor torna-se ainda mais crucial quando se reconhece que a língua e a cultura são inseparáveis. Sua tarefa abrange também diferentes aspectos e interesses, incluindo a influência do ambiente e a língua que ele ensina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor de inglês parece ser menos abordado em termos pedagógicos, tanto pela gestão escolar quanto pelos colegas de outras áreas de conhecimento. Isso talvez ocorra devido à visão de que o ensino de inglês se limita ao ensino da estrutura da língua. Além disso, os alunos veem o professor de inglês como alguém que ensinará o verbo "to be" o ano todo e oferecerá aulas monótonas. Cabe ao professor de inglês desconstruir essa imagem, mostrando aos alunos que eles podem sim aprender inglês na escola pública, falar inglês dentro e fora da escola, ter aulas interessantes e relacionadas ao seu contexto, bem como úteis para o seu dia a dia.

Essas preocupações da pesquisadora foram compartilhadas com colegas de trabalho da mesma área e de outras áreas de conhecimento, ampliando-se para contextos mais amplos. Isso levou a uma busca por compreender como os professores de inglês se veem lecionando inglês em uma escola pública, como são vistos pelos colegas de outras áreas de conhecimento e pela diretora, representando a gestão escolar. Isso levantou outra questão: por que o ensino de inglês na rede estadual pública de ensino parece ser menos valorizado? Essa última questão foi esclarecida no curso de Práticas Reflexivas e Ensino-Aprendizagem de Inglês na Escola Pública, no qual muitos colegas vivenciaram as mesmas preocupações e frustrações dessa realidade desafiadora para o professor de inglês. Isso culminou na escolha das participantes, que contribuíram com seus pensamentos, crenças, frustrações, expectativas, justificativas e até mesmo desmotivações.

No entanto, a consciência crítica da pesquisadora não foi abalada, pois ela pôde praticar a reflexão crítica e a reconstrução da prática ao longo de seus estudos. Isso permitiu que ela apoiasse suas percepções e responsabilidades em um exercício prático que busca constantemente a transformação de sua ação, a fim de contribuir com sua parcela para um ensino de qualidade.

Considerando as limitações desta pesquisa, é necessário realizar estudos que incluam as percepções dos alunos e dos pais sobre os temas abordados aqui. Isso permitiria a comparação, refutação ou ampliação de conceitos, além de dar voz aos outros envolvidos nesse processo, para que eles também expressem suas preocupações, percepções e expectativas, a fim de construir uma parceria entre a sociedade, o aluno e o professor, cada um com sua responsabilidade.

Dessa forma, a comunidade acadêmica poderá se basear em pesquisas e dados que levem a estudos mais concretos, visando compreender e atuar constantemente no que diz respeito ao ensino-aprendizagem de inglês na escola pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, J. C. O professor de língua estrangeira sabe a língua que ensina: A questão da instrumentalização linguística. Revista Contexturas, São Paulo: APLIESP v.1,1: 77-85, 1992.

_____. Dimensões Comunicativas no ensino de línguas. Campinas, SP: Pontes Editora, 1993, 20-21.

BAGNO, M. Língua, história & sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, M. (Org.). Linguística da Norma. São Paulo: Edições Loyola 2002, 190-199.

BARCELOS, A. M. F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (Orgs.) Crenças e Ensino de Línguas: Foco no professor, no aluno e na formação de professores. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, 14- 43.

BARCELOS, A. M. F. Reflexões acer-

ca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. Revista Brasileira de Lingüística Aplicada. ALAB – Associação de Linguística Aplicada do Brasil. Belo Horizonte, v. 7: 2, 118-119, 2007.

BARTLETT, L. Teacher development through reflective teaching in RICHARDS, J. C., NUNAN, D. (Eds) Second Learning Teaching Education. New York: Cambridge University Press, 1990, 200-214.

BATISTA, M. L. W. PORTO, Maria Augusta R. Um breve histórico do ensino de línguas estrangeiras no Brasil. In: SANTANA, Givaldo et al. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005,15-37.

BRASIL. 1996 Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros curriculares Nacionais: Ensino Médio. 2000.

BRITO, L. P. L. Letramento no Brasil. 2ª ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

CELANI, M. A. A. (Org.) Ensino de Segunda Língua Redescobrindo as Origens. São Paulo: Educ., 1997,103.

_____. Ensino de línguas estrangeiras: ocupação ou profissão? In: LEFFA, V. J. (Org.). O professor de línguas: construindo a profissão. Pelotas: Educat, 2001, 32-33.

_____."O ensino de língua estrangeira" Revista Nova Escola, São Paulo Ed. 222, maio, 2009. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/> Acesso em 1 out.2023.

CHAVES, C. O ensino de inglês como língua estrangeira na educação infantil: Para inglês ver ou para valer? Rio de Janeiro, 2004, 26 p. Monografia. Pontifícia Universidade Católica.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir: relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; 199,89-93.

DAVID, Ricardo Santos. Professor quanto mais cedo é melhor? O papel diferencial da educação bilíngue. Revista X, Curitiba, volume 12, n.3, p. 178 – 203. 2017.

DONATO, R. Sociocultural contributions to understanding the foreign and second language classroom. In J. Lantolf (Ed.), Sociocultural theory and second language learning. Oxford, UK: Oxford University Press. 2000,27-50.

GALEFFI, D. A. Teorias de aprendizagem de segunda língua. Filosofar e Educar, 2003. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=13424@1&msg=28# Acesso em: 2 out.2023.

GARBUIO, L. M. Crenças sobre a língua que ensino: foco na competência implícita do professor de língua estrangeira. In: BARCELOS, A.M. F; ABRAHÃO, M.H.V. (orgs.) Crenças e Ensino de Línguas. Belo Horizonte: Pontes,2006, 89-91.

HORNBY, Peter A. Dicionário de Termos Linguísticos, 1977. Disponível em: < http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/B.pdf >. Acesso em 2 out.2023.

JORGE, M. L. dos Santos. O diálogo colaborativo e a reflexão crítica na formação de professores de Inglês. In GIMNEZ, T. (org.). Ensinando e aprendendo inglês na universidade: formação de professores em tempos de mudança. Londrina: ABRAPUI, 2003, 178-180.

LEFFA, V. J. (org.). O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão. Pelotas: Educat, 2001.

MORTATTI, M. R. L. História dos Métodos de Alfabetização no Brasil. In: SIMPÓSIO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE, DPEI/SEB/MEC, Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttext alfbbr.pdf> Acesso em: 1 out.2023.

NOBRE, Alena Pimentel Mello; HODGES, Luciana Vasconcelos dos Santos. A relação bilinguismo-cognição no processo de alfabetização e letramento. Ciênc. cogn. Rio de Janeiro, v. 15, n. 03, p. 180 -191, dez. 2010.

NÓVOA, Antônio (Coord.). Os professores e a sua formação. 2ª. Ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. P.25-31.

OLIVEIRA, L. E. M. A Historiografia Brasileira da Literatura Inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951). Dissertação de Mestrado em Teoria Literária, IEL/UNICAMP, 1999.

PAIVA, V. L. M. A identidade do professor de inglês: APLIENGE: ensino e pesquisa. Uberlandia: APLIENGE/FAPEMIG, n.1, 1997 p.9-17. Disponível em http://www.veramenezes.com/identidade.htm. Acesso em: 20 jun.2022.

PERIN, J.O.R. Ensino-aprendizagem de língua inglesa em escolas públicas: o real e o ideal. Pelotas: Educat, 150-156,2005.

SALGADO, Ana Claudia Peters et al. Formação de professores para a educação bilíngue: desafios e perspectivas. In: IX EDUCERE, 2009. Anais do IX Congresso Nacional de Educação. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2009.

SILVA. A.C.A.O. Representações do

aprender inglês no Ensino fundamental e Médio. São Paulo:2010.149 f. Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TELLES, P. Ideologia e ensino-aprendizagem de inglês na escola pública. São Paulo: 2011. 101f. Dissertação Mestrado em Linguística Aplicada e estudos da linguagem, Pontifícia Universidade Católica.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. 3.ed, São Paulo, Martins Fontes. 2005.